

## 1 INTRODUÇÃO

Após a crise financeira de 2009, a indústria aumentou sua perda de participação em relação ao produto interno bruto (PIB) e o crescimento da produção física da indústria não mais acompanhou o das vendas reais de varejo, como aconteceu até 2008. De modo simultâneo, houve forte crescimento da importação de bens não duráveis e duráveis de consumo, que substituiu parte da produção doméstica e aumentou o receio de que o Brasil estaria passando por um aprofundamento do processo de desindustrialização.

Este artigo sintetiza o debate recente sobre a perda de participação da indústria brasileira no PIB, o aumento da participação das *commodities* na pauta de exportação e a elevação das importações de manufaturados. Além desta introdução, este texto está dividido em quatro seções.

A segunda seção revela que, ao contrário da ligação simples que se faz entre perda de participação da indústria e falta de dinamismo da economia brasileira, a perda de participação da indústria no PIB nos últimos anos ocorre em momento em que: o PIB passou a crescer mais rapidamente, o país teve expressivos ganhos de termos de troca, o rendimento real dos trabalhadores aumentou de forma expressiva, a formalização aumentou e a taxa de desemprego alcançou índices mínimos históricos. A terceira seção analisa o comportamento de exportações e importações por categoria de produtos e valor agregado. Pode-se constatar de forma clara que, apesar do forte crescimento das exportações de *commodities* e da maior incidência de participação desta categoria de produto na pauta de exportação, não houve redução das exportações de manufaturados. A quarta seção investiga dados de emprego, e a quinta seção sintetiza o debate levantado ao longo do texto.

## 2 INDÚSTRIA BRASILEIRA: CRESCIMENTO DA DEMANDA E PERDA DE PARTICIPAÇÃO NO PIB

Desde 2009, com o agravamento da crise financeira internacional, houve retração muito forte do crescimento da demanda nos países desenvolvidos, o que resultou em excesso de produtos manufaturados no mundo e queda de preço destes produtos. Este movimento reforçou ainda mais a tendência mundial de perda de participação da indústria no PIB (gráfico 1). A única exceção a esta tendência parece ser alguns países asiáticos, com destaque para a China, na qual a indústria de transformação ainda responde por 32% do valor adicionado.

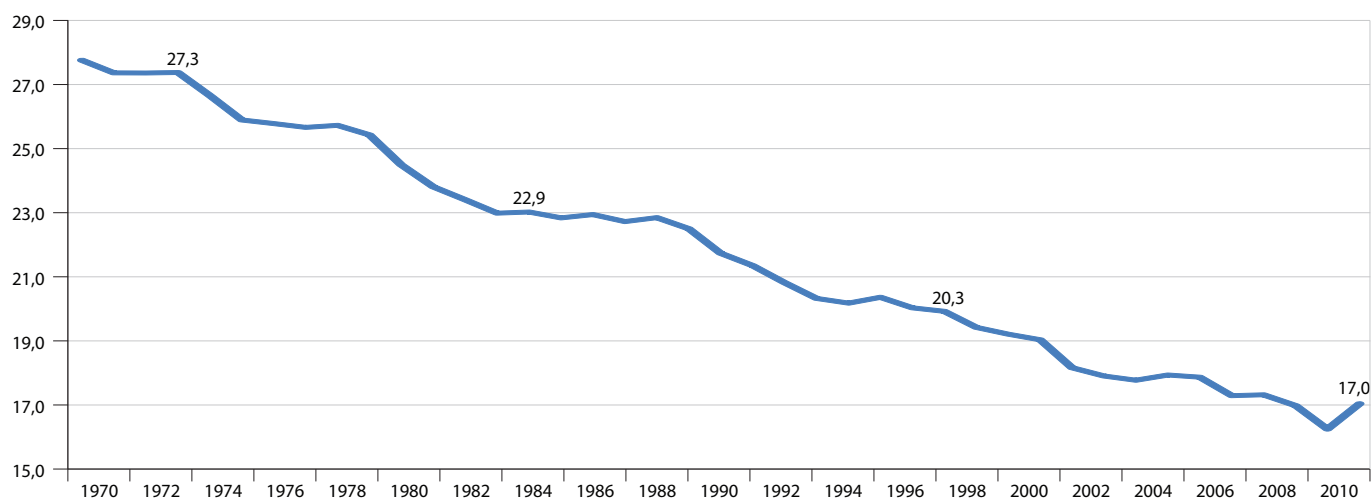
---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

**GRÁFICO 1**

Participação da indústria mundial no PIB (1970-2010)

(Em % do valor adicionado em US\$ correntes)



Fonte: National Account Statistics da Organização das Nações Unidas (ONU).

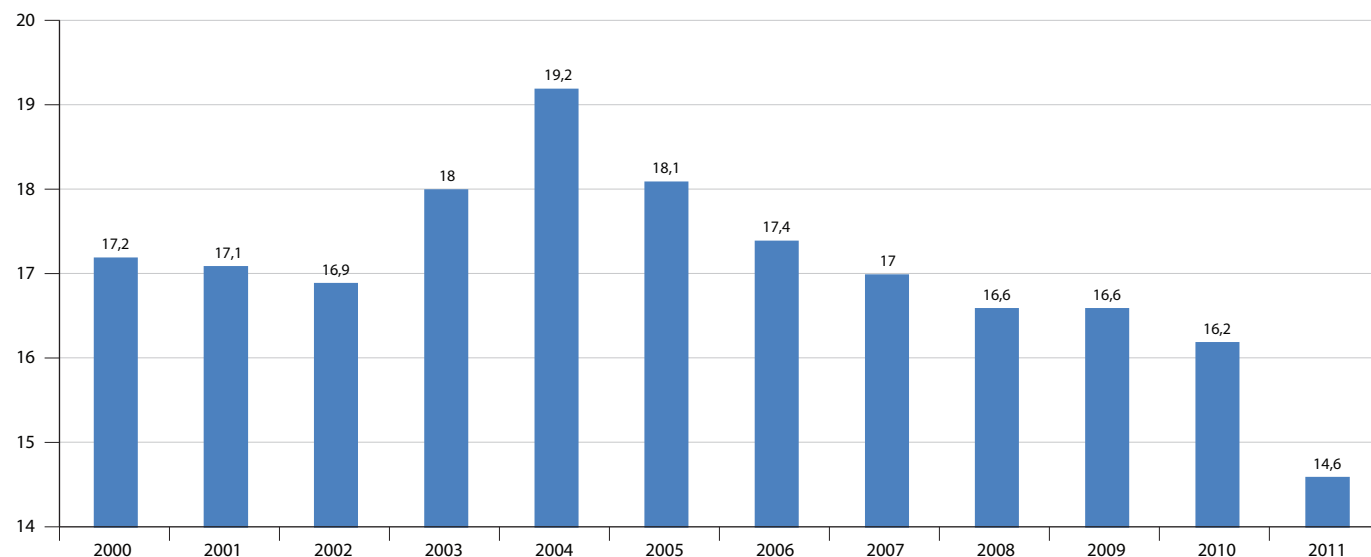
Dado que o Brasil é um importador líquido de produtos manufaturados, essa queda de preço e o aumento das importações de manufaturados, em conjunto com o crescimento dos preços dos produtos que se exportam (minerais e agrícolas), propiciou ganho de termos de troca de 30%, de 2008 a 2011, para a economia brasileira. É difícil afirmar que tal resultado seja ruim para a economia e o crescimento, embora seja negativo para alguns setores da indústria. Infelizmente, este ganho expressivo nos termos de troca ocorreu no mesmo momento em que a indústria de transformação do Brasil perdeu participação no PIB (gráfico 2).

Na verdade, como demonstram Bonelli e Pessoa (2010), a perda de participação da indústria de transformação do PIB, no Brasil, é um fenômeno de mais longo prazo que teve início desde meados da década de 1970, semelhante ao comportamento da indústria mundial. Segundo estes autores, quando se realiza o cálculo, a preços constantes de 2008, a participação da indústria de transformação no PIB, a preços de 2008, passa de 21% para 15,6%, em 2008, 5,5 pontos percentuais (p.p.) abaixo do auge da década de 1970. O que preocupa foi a queda mais intensa desta participação em 2011, como revelado no gráfico 2.

**GRÁFICO 2**

Participação da indústria de transformação no PIB – Brasil (2000-2011)

(Em %)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Obs.: em porcentagem do valor adicionado a preços básicos.

A perda relativa de importância da indústria de transformação no PIB reflete, no entanto, um conjunto de circunstâncias positivas que caracterizariam o modelo de crescimento recente da economia brasileira, como também as deficiências deste modelo que não são favoráveis à manutenção da participação da indústria de transformação no PIB nos valores observados no início do século.

Desde 2004, ano em que a indústria de transformação começa a perder participação no PIB, o padrão de crescimento do Brasil foi marcado pelo *boom de commodities*, que propiciou aumento das transferências de renda – influenciado pela política de valorização do salário mínimo – e expansão do crédito, que elevou a demanda doméstica e reduziu a taxa de desemprego. Um mercado de trabalho mais aquecido aumentou o custo da mão de obra. Se esta elevação de renda fosse acompanhada pelo crescimento *pari passu* da produtividade, o custo unitário de produção permaneceria igual. Mas este não parece ser o caso para o período 2000-2009, ou até mesmo para o período mais recente depois da crise de 2009.

De acordo com Ipea (2012), enquanto a produtividade do trabalho aumentou em média 0,9% ao ano (a.a.), de 2000 a 2009, pelos dados das Contas Nacionais, a produtividade da indústria de transformação diminuiu 0,9% a.a. nesse período. Assim, até mesmo sem levar em consideração a valorização do real, a indústria de transformação perdeu competitividade pela combinação da produtividade do trabalho negativa em conjunto com o aumento dos custos de produção. Este padrão é mais claro ainda para 2011, quando a produção física da indústria de transformação aumentou apenas 0,2%.<sup>1</sup>

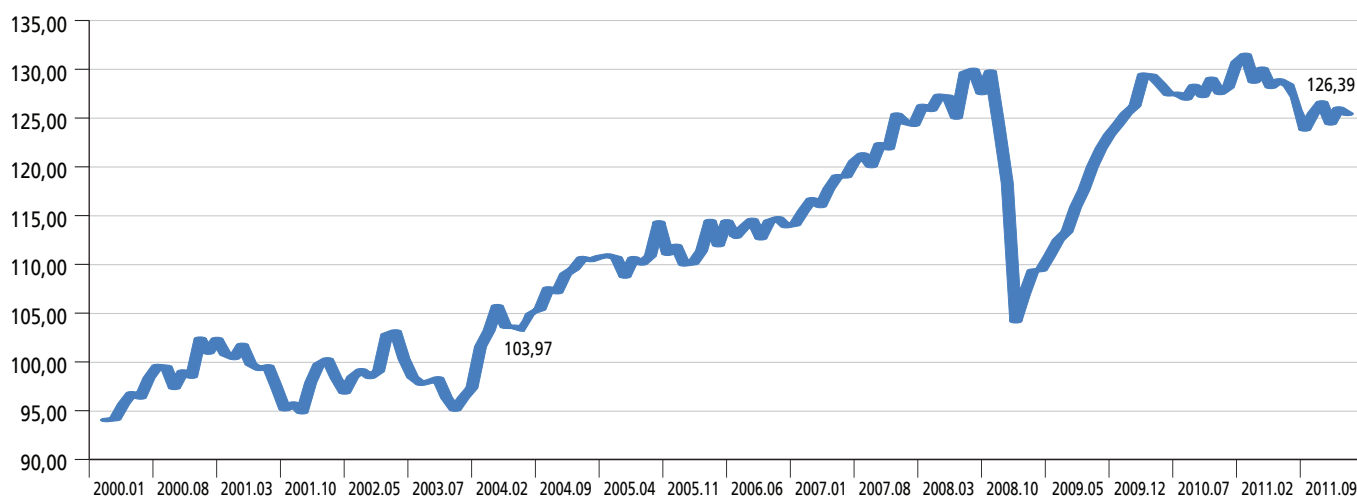
De forma adicional, o mercado de trabalho aquecido e a inflação de serviços potencializam mais ainda o aumento de custos para indústria e a valorização da taxa de câmbio (Pastore, 2012). Com salários em alta, o setor de serviços consegue repassar o aumento de custo de produção para os preços, já que este setor goza de proteção de mercado natural: bens *non-tradables*. Isto não vale para a indústria, que é um setor que produz bens que podem ser importados, e, assim, os produtores não conseguem repassar aumentos de custos para os preços. Isto ocasiona redução na margem de lucro da indústria de transformação e aumento de importação.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o problema da indústria não está ligado a uma falta de demanda. Como se observa nos gráficos 3 e 4, de janeiro de 2004 a dezembro de 2011, o crescimento acumulado das vendas reais do varejo foi de 75%, crescimento contínuo que não foi afetado nem mesmo pela crise financeira de 2009. Isto não se pode afirmar a respeito da produção física da indústria de transformação (quantum). De 2004 até 2008, o crescimento da indústria acompanhava o das vendas reais no varejo – embora não em igual proporção –, mas este crescimento simultâneo foi quebrado com a crise de 2009, quando a produção industrial teve forte queda, apesar da expansão do crescimento das vendas reais.

### GRÁFICO 3

Índice da produção física (indústria de transformação)

(Em média 2002 = 100)



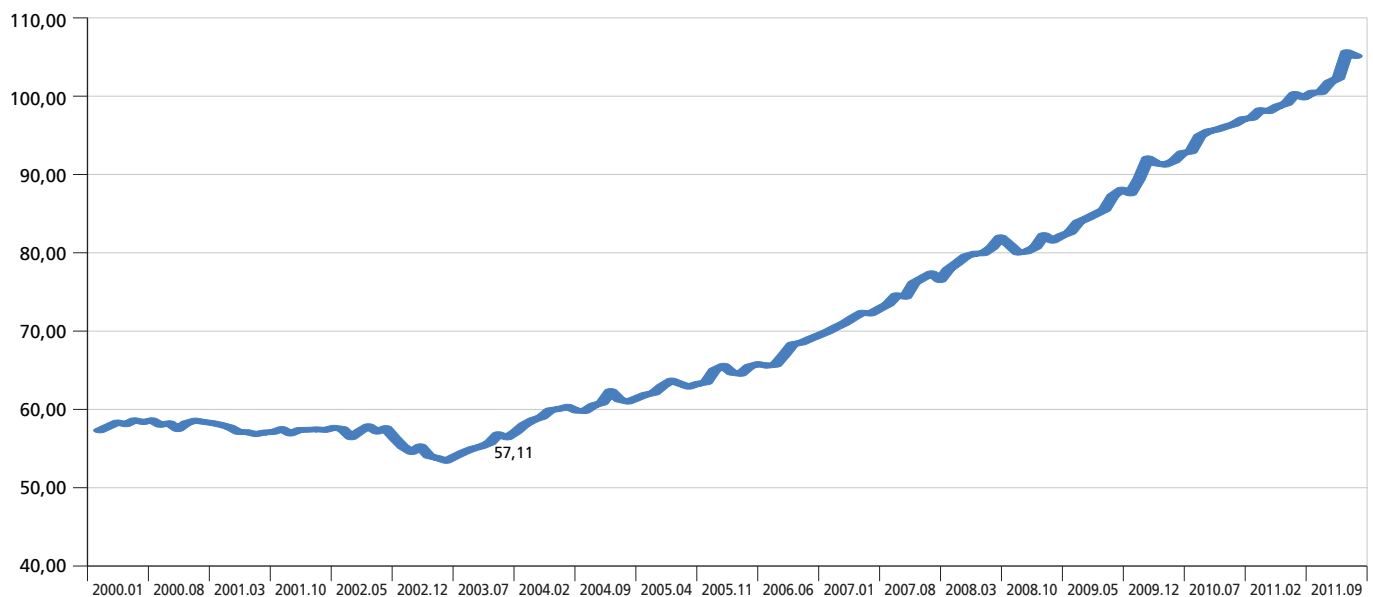
Fonte: IBGE.

1. Bonelli e Matos (2012) revelam que, em 2011, enquanto o salário real médio na indústria aumentou 13,3%, superando a marca de 20% em várias atividades, a produtividade do trabalho teve queda de 0,2%; o que elevou mais ainda os custos de produção na indústria de transformação.

**GRÁFICO 4**

Índice das vendas reais no varejo (dessazonalizado)

(Em média 2011 = 100)



Fonte: Ipeadata.

Assim, o crescimento das vendas reais de varejo parece sugerir que o problema da indústria no Brasil não está ligado à insuficiência de demanda, mas, sim, talvez, a fatores do lado da oferta (produtividade, custos dos insumos básicos, inovação etc.) e ao modelo de crescimento macroeconômico com baixa taxa de poupança doméstica e dependência de financiamento externo. A verdade é que o Brasil se tornou um país caro para a produção de manufaturas e, assim, parte do aumento de demanda recai, naturalmente, no aumento das importações. Comparando-se a expansão das vendas reais com a produção física da indústria, poder-se-ia pensar que a solução para a indústria de transformação seria “evitar o vazamento da demanda” (Sarti, 2012). O problema é que, com a economia aquecida, como era o caso da economia até o terceiro trimestre de 2011, aumento da proteção comercial e maior desvalorização da taxa de câmbio poderiam ocasionar mais inflação.

Portanto, com a economia aquecida, maior proteção comercial e/ou desvalorização da taxa de câmbio para ajudar a competitividade de curto prazo da indústria significa criar espaço para que este setor repasse aumentos de custo para os preços dos produtos, o que compreende maior inflação de produtos industriais e maior inflação em geral. Em 2012, este cenário de maior desvalorização da taxa de câmbio e proteção não aumentaram a inflação, devido à forte queda da taxa de investimento da economia – e da demanda agregada –, mas, à medida que a economia retome seu crescimento, o dilema de como conciliar crescimento da produção industrial com expansão da demanda em uma economia com taxa de desemprego historicamente baixa voltará.

Em uma economia com elevada taxa de desemprego, com fatores ociosos, é possível que políticas de estímulo à demanda aumentem o uso de recursos ociosos, e, assim, a expansão do investimento e do crescimento possa ser acompanhada de aumento da poupança doméstica que financiará todo ou parte do crescimento do investimento. Mas este não parece mais ser o caso da economia brasileira. O problema da indústria brasileira é problema de custo elevado de produção dos insumos básicos, custo da mão de obra ajustada pela produtividade e pelo preço relativo – o preço dos produtos industriais não acompanhou o aumento de preços das *commodities* e de serviços.

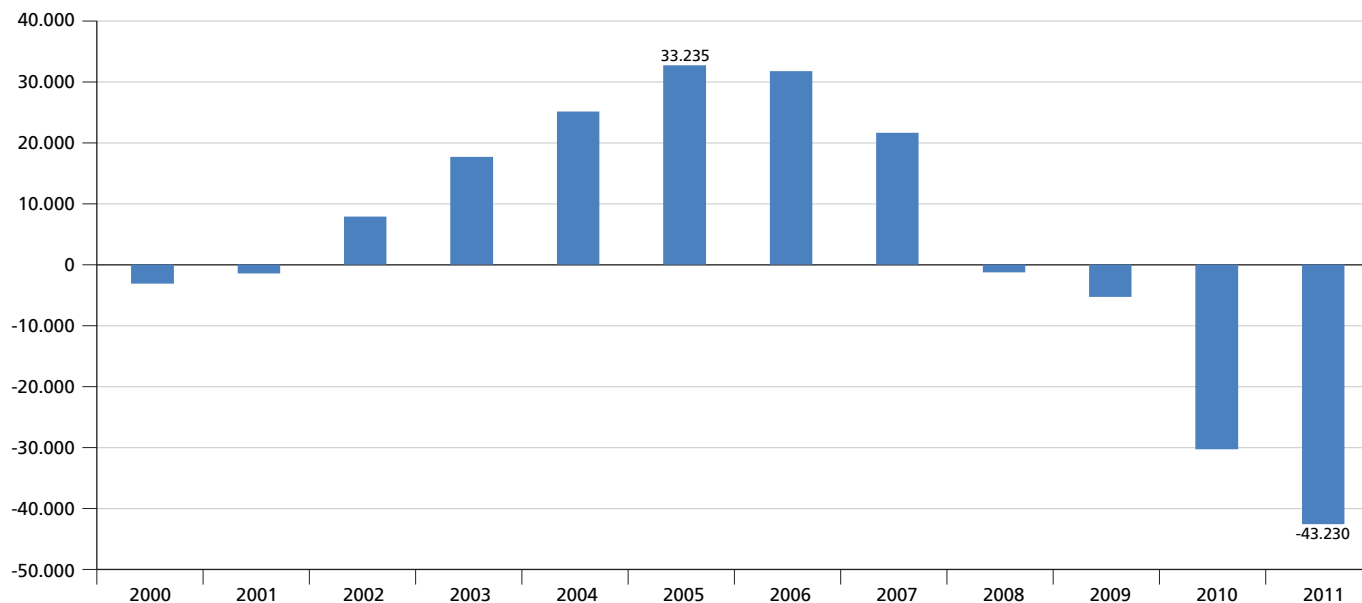
### 3 COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Um dos dados mais utilizados para corroborar a tese da desindustrialização é o déficit da balança comercial da indústria. No caso do Brasil, apesar de o debate quanto à existência ou não da desindustrialização e de a ocorrência ou não da doença holandesa anteceder a crise de 2008, este teve um novo impulso com o impacto da crise financeira de 2008 na indústria brasileira – em especial, com a reversão do saldo da balança comercial da indústria, que passou a ser deficitária a partir de 2008 (gráfico 5), apesar do saldo total ter continuado positivo.

#### GRÁFICO 5

Saldo da balança comercial da indústria de transformação (2000-2011)

(Em US\$ milhões)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

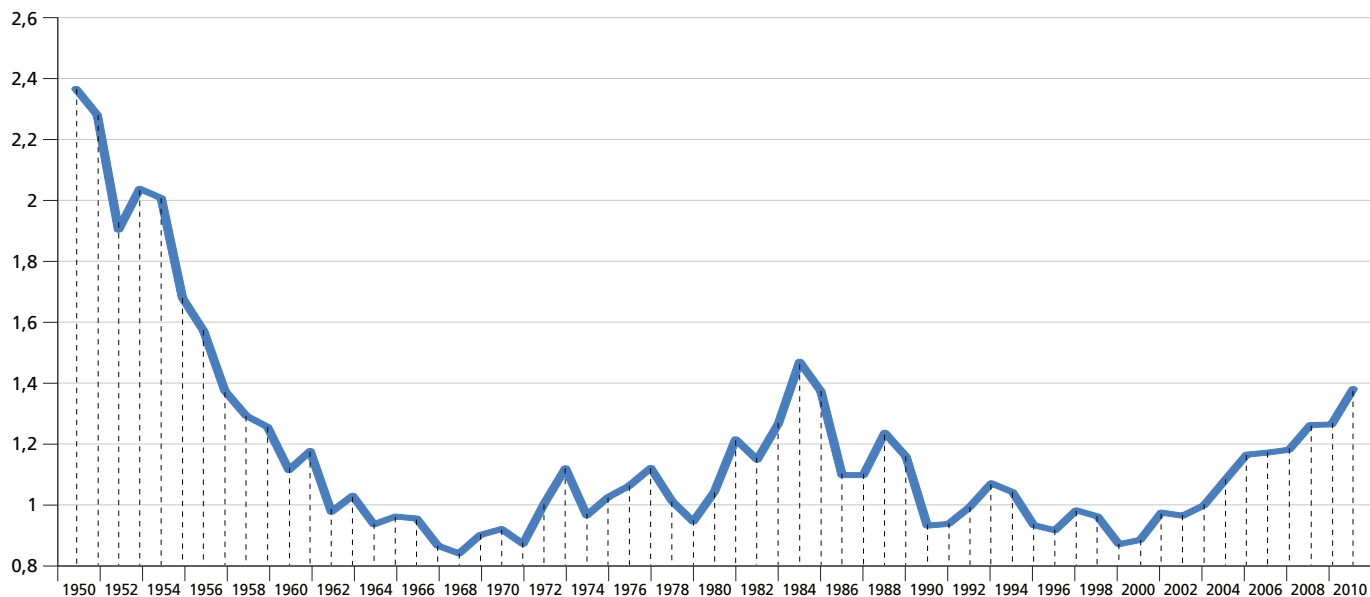
Até que ponto o comportamento da balança comercial da indústria de transformação é bom ou ruim? Esta pergunta não é tão simples de responder quando se observam os dados de exportação e importação. Nas últimas seis décadas, apenas na primeira metade dos anos 1950, quando o Brasil ainda era uma economia agroexportadora e mais de 60% das exportações resultavam da venda de apenas um produto, o café, as exportações brasileiras chegaram a representar mais de 2% das exportações mundiais. Ao longo do processo de industrialização voltado para a substituição de importações, o Brasil perdeu participação nas exportações mundiais e atingiu mínimo de 0,83% das exportações mundiais, em 1968. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, as exportações brasileiras flutuaram em torno de 1% das exportações mundiais, com pico de participação de 1,47%, em 1984. A partir dos anos 1990, o Brasil perde novamente participação relativa nas exportações mundiais. Apenas a partir de 2000, retomou a trajetória de crescimento de sua participação no comércio mundial impulsionado pelo forte crescimento das exportações de produtos manufaturados e, principalmente, pelos preços das *commodities*.

Há pelo menos três diferenças entre o *boom* de exportações recente e o observado na segunda metade do século XX. Primeiro, nos anos 1980, o crescimento das exportações brasileiras era determinado pelo forte crescimento dos produtos semimanufaturados e manufaturados, que aumentaram a participação na pauta de exportação do Brasil de 35,7%, em 1976, para 74,9%, em 1993. Nesse século, o aumento das exportações brasileiras passou novamente a ser impulsionado pelo crescimento dos preços de *commodities*, e esta categoria de produtos recuperou e alcançou, novamente, os níveis de participação do final dos anos 1970; entre 40% e 50% do total das exportações do Brasil.

**GRÁFICO 6**

Participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais (1950-2010)

(Em %)



Fonte: MDIC.

Segundo, ao contrário da percepção de que as exportações de manufaturados perderam seu dinamismo, as exportações de manufaturados quase triplicaram, passando de US\$ 32,5 bilhões, em 2000, para US\$ 92,3 bilhões, em 2011. O problema é que, nesse período, as exportações de produtos básicos tiveram crescimento excepcional de 875%; passando de US\$ 12,5 bilhões, em 2000, para US\$ 122,4 bilhões, em 2011. Mas o crescimento das exportações de manufaturados de 2000 a 2010 (145%) foi muito superior ao observado nas duas décadas anteriores, o que não permite que se afirme ter ocorrido perda de competitividade generalizada do setor industrial.

Terceiro, ao contrário do crescimento das exportações nos anos 1980 e no final da década de 1990, quando este crescimento resultava da perda de valor da moeda brasileira frente ao dólar, o crescimento da última década ocorreu apesar da forte valorização do real, já que o fator por trás do crescimento das exportações passou a ser o preço internacional das *commodities*. Assim, ao contrário dos anos 1980, quando o crescimento das exportações resultava de desvalorizações reais da taxa de câmbio e de perda de poder de compra para os trabalhadores, o crescimento das exportações nos últimos anos ocorreu *pari passu* com ganho de renda real para os trabalhadores. É difícil caracterizar este processo de ganhos de termo de troca e aumento de renda real para os trabalhadores como algo negativo.

No caso das importações, de forma idêntica às exportações, é difícil caracterizar o fenômeno recente do crescimento das importações como algo necessariamente negativo para todos os setores da indústria, como, em geral, aparece na mídia. Até que ponto a pauta de importações do Brasil reflete perda de dinamismo da indústria no Brasil e é fenômeno necessariamente negativo?

Primeiro, 87% das importações do Brasil (US\$ 196,4 bilhões), em 2011, foram de produtos industriais, com destaque para a importação de produtos de média-alta e alta tecnologia que, juntos, responderam por quase 60% (US\$ 134,5 bilhões) das importações de manufaturados. Este padrão de importação é justamente aquele esperado de uma economia rica em recursos naturais, como é o caso do Brasil, e praticamente igual desde 1996. Assim, apenas por estes dados (relativos à composição da pauta de importações), não se pode afirmar que há perda de dinamismo da indústria no Brasil. É justamente este padrão de importação que permite que empresas do Brasil sejam mais eficientes, já que têm a possibilidade de importar máquinas e insumos mais avançados já disponíveis no mercado mundial.

Segundo, a participação dos bens de consumo no total das importações brasileiras é baixa (tabela 1). Apesar do crescimento dos bens de consumo na pauta de importações de 2000 a 2011, os produtos de consumo – duráveis e não duráveis – respondem ainda por menos de 20% do total das importações brasileiras e o forte das importações são matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital, que, juntos, responderam

por 66% do total das importações, em 2011. Este padrão de importação, em vez de prejudicar o crescimento da economia, pode, na verdade, torná-lo mais eficiente, como é o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), uma das maiores exportadoras e importadoras do Brasil.<sup>2</sup>

**TABELA 1**  
Composição das importações do Brasil (2000-2011)

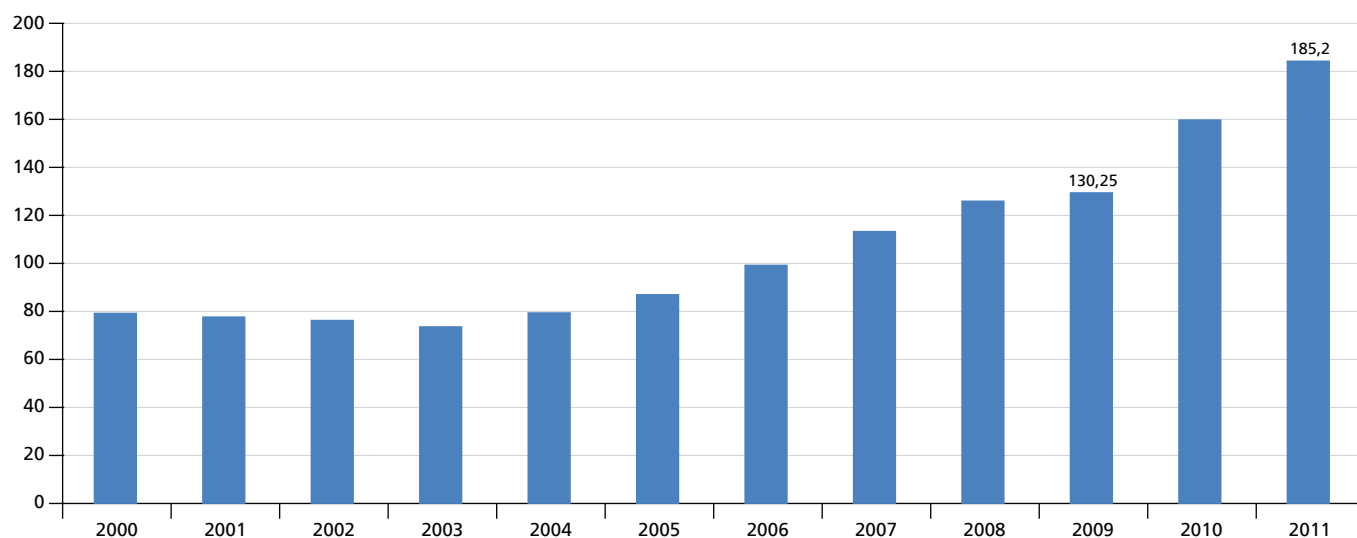
	2000		2011	
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%
Bens de capital	13.591	24	47.894	21
Bens de consumo	7.307	13	40.084	18
Não duráveis	3.932	7	15.989	7
Duráveis	3.375	6	24.095	11
Combustíveis e lubrificantes	6.362	11	36.174	16
Matérias-primas e produtos intermediários	28.524	51	102.091	45
<b>Total</b>	<b>55.783</b>	<b>100</b>	<b>226.243</b>	<b>100</b>

Fonte: MDIC.

O crescimento das importações não é indicador de fragilidade de uma economia e pode, na verdade, ser um sinal de seu maior dinamismo econômico. O fato é que parte das importações concorre diretamente com produtos produzidos no Brasil, mas nenhum país produz tudo o que consome, e o desejo de desenvolver todos os setores econômicos, a qualquer custo, pode prejudicar, em vez de favorecer, a competitividade da economia, como foi o caso com a reserva de mercado da Lei de Informática na década de 1980.

Uma preocupação legítima, no entanto, é quanto à velocidade de expansão das importações de bens manufaturados – em especial, o crescimento das importações de bens de consumo duráveis e não duráveis a partir de 2009 (gráficos 7 e 8). Desde esse ano, as importações destes produtos aumentaram a taxas surpreendentes, devido a uma combinação de excesso de oferta de produtos manufaturados no mercado internacional, crescimento dos custos domésticos e valorização do real.

**GRÁFICO 7**  
Índice de *quantum* de importações (bens de consumo não duráveis)  
(Em 2006 = 100)



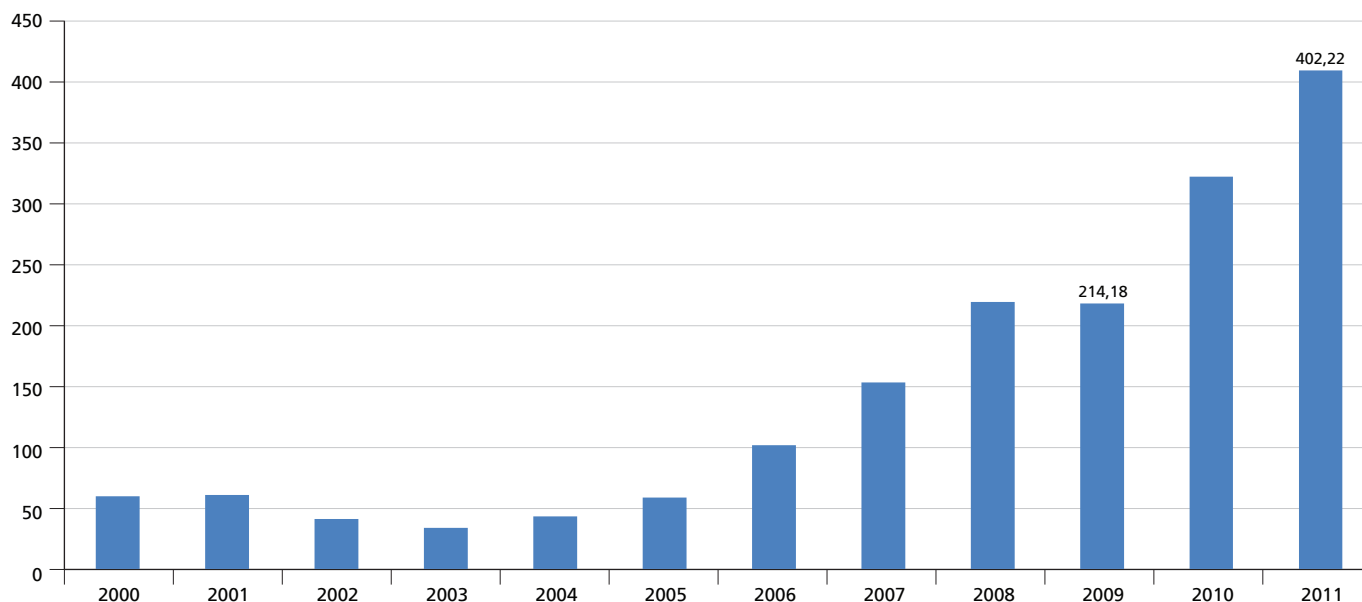
Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

2. O bom exemplo desse padrão de competitividade é o caso da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Esta empresa exporta mais de 90% da sua produção e importa mais de 95% das matérias-primas, partes e peças para produção e reposição das aeronaves que fabrica. Em 2011, a Embraer, quarta maior exportadora do país, exportou US\$ 4,16 bilhões e importou US\$ 2,51 bilhões, resultando em saldo comercial de US\$ 1,65 bilhão.

**GRÁFICO 8**

Índice de quantum de importações (bens de consumo duráveis)

(Em 2006 = 100)



Fonte: Funcex.

No entanto, foi justamente o aumento dos preços de *commodities*, em conjunto com a queda de preço de manufaturados no mercado internacional e a maior importação destes produtos, que propiciou ganho de termos de troca de 30%, de 2008 a 2011. É difícil afirmar que tal resultado seja ruim para a economia, o consumidor e o crescimento, embora seja negativo para alguns setores da indústria.

#### 4 TAXA DE DESEMPREGO E EMPREGO INDUSTRIAL (2000-2011)

Pelo o que já foi exposto neste texto, há um grande debate no Brasil dos efeitos da perda da participação da indústria no PIB. O que se destacou neste trabalho até o momento foi que, apesar desta perda de participação e da preocupação legítima com o crescimento das importações de manufaturados e baixo crescimento da indústria depois de 2009, no geral, há aspectos positivos e negativos na conjuntura que marcou o crescimento da economia brasileira desde 2000.

Em relação à taxa de desemprego, por exemplo, esta taxa passa de 12%, em 2002, para menos de 6%, no período recente, e esta queda da taxa de desemprego ocorre de modo simultâneo ao crescimento real do rendimento efetivo real das pessoas ocupadas e perda da participação da indústria no PIB. Sabe-se que este movimento de crescimento do emprego é impulsionado pelo setor de serviços, e, assim, poder-se-ia questionar até que ponto o que é válido para a economia também o é para a indústria.

Há duas fontes importantes para acompanhar o emprego na indústria. Uma é a base de dados do emprego com carteira assinada, as bases de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e a outra é a Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e do Salário (Pimes), do IBGE. O que revelam estas bases de dados? No caso da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), é possível observar que os dois setores que mais criaram novos postos de trabalho formais de 2000 a 2010 foram os setores de serviços e comércio. Mas o que chega a ser surpreendente é o forte crescimento do emprego formal da indústria de transformação: 3 milhões de postos formais de 2000 a 2010. Até mesmo depois de 2008, o saldo do emprego formal na indústria de transformação continua a elevar-se (tabela 2).



**TABELA 2**  
Saldo do emprego formal no Brasil (Rais/MTE)

	2000	2004	2008	2010
Extrativa mineral	109.608	140.519	204.936	211.216
Indústria de transformação	4.885.361	5.926.857	7.310.840	7.885.702
Serviços industriais de utilidade pública	290.352	327.708	375.370	402.284
Construção civil	1.094.528	1.118.570	1.914.596	2.508.922
Comércio	4.251.762	5.587.263	7.324.108	8.382.239
Serviços	8.640.455	9.901.216	12.581.417	14.345.015
Administração pública	5.882.565	7.099.804	8.310.136	8.923.380
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.072.271	1.305.639	1.420.100	1.409.597
Outros/ignorado	1.727	0	63	0
<b>Total</b>	<b>26.228.629</b>	<b>31.407.576</b>	<b>39.441.566</b>	<b>44.068.355</b>

Fonte: Rais/MTE.

Quando se observam os dados desagregados da indústria de transformação, nota-se que apenas dois setores, de um total de 25, tiveram redução do emprego formal de 2000 a 2011. Assim, pelos dados do MTE, de 2000 a 2011, não se pode afirmar que há cenário negativo para a indústria de transformação,<sup>3</sup> apesar da nítida piora recente.

No caso dos dados da Pimes/IBGE,<sup>4</sup> o comportamento acumulado da indústria de transformação de 2000 a 2011 ainda é positivo. Depois da crise de 2009, o emprego recupera-se, mas já passa a ter queda novamente no final de 2011. Quando se observam os dados da Pimes mais desagregados, o comportamento para alguns setores é pior que os dados do MTE. Em especial, em relação a janeiro de 2001 (índice = 100), os setores mais intensivos em mão de obra terminam 2011 com crescimento do emprego negativo em relação a 2001. Os setores com maior queda são: *i*) têxtil; *ii*) vestuário; *iii*) calçados e couros; *iv*) madeira; e *v*) papel e gráfica.

Em resumo, os dados do emprego para a indústria de transformação também não permitem, para o período 2000-2011, que se afirme haver falta de dinamismo da indústria ou redução generalizada do emprego neste setor. Ao contrário, os dados da Rais/MTE (dados de emprego com carteira assinada para todo o Brasil) apresentam comportamento positivo no período em questão, até mesmo para os setores intensivos em mão de obra. No caso da amostra do IBGE para a indústria, a conclusão a que se chega é que há, de fato, perda do emprego para setores mais intensivos em mão de obra, o que não é totalmente uma surpresa, dado seu elevado custo no Brasil quando comparado com o resto do mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do ano, quando foi divulgado que o crescimento da indústria de transformação, em 2011, foi de apenas 0,2%, o debate sobre a ocorrência ou não de desindustrialização no Brasil teve um novo impulso. E, no meio deste debate, o que se observa é uma guerra de indicadores conflitantes, o que torna a discussão confusa para economistas, políticos, empresários e a população.

O que este texto procurou demonstrar foi que, apesar da perda de participação da indústria brasileira no PIB e do efeito incerto que esta perda poderá ocasionar na dinâmica futura da economia brasileira, em geral, desde o início do século atual, o Brasil foi beneficiado pelo padrão favorável de comércio exterior. Não é possível afirmar que o Brasil estaria em melhor situação se a participação da indústria de transformação no PIB fosse 17%, e não 14,6%. É correto postular também que a maior fonte de crescimento da economia brasileira nos últimos anos foi o *boom* de *commodities*.

3. É interessante notar que, até mesmo em 2009, quando o produto interno bruto (PIB) da economia brasileira teve crescimento negativo de 0,3%, pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), a indústria de transformação aumentou o emprego formal: 37,6 mil postos de trabalho. Os setores que dispensaram trabalhadores aumentaram novamente o emprego formal no ano seguinte, em volume maior que as demissões de 2009.

4. Ao contrário das pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que são nacionais, a Pesquisa Industrial Mensal do Emprego e do Salário (Pimes), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma pesquisa amostral em 5.500 unidades industriais em dez estados: Pernambuco, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No entanto, para um país que pretende crescer de forma sustentável, é preciso maior atenção com o aumento da poupança doméstica, a estrutura de custo da indústria e o aumento da produtividade. Dito isto, é possível resumir o debate atual explicado neste texto em quatro pontos principais (Almeida, 2012).

Primeiro, o que os dados revelam? Como demonstram Bonelli, Pessoa e Matos (2012), a participação da indústria de transformação no PIB passou de 23% (média do período 1973-1976) para 16% (média do período 2009-2011). Mas a queda nesse período foi um fenômeno global, com exceção dos países asiáticos, que não são grandes produtores e exportadores de *commodities* e têm poupança elevadíssima. No mais, pelo ângulo do PIB *per capita*, o Brasil da década de 1970 tinha participação da indústria maior que outros países, o que alguns economistas recentemente apelidaram de “doença soviética”.

Segundo, observando-se apenas o período mais recente, os dados revelam que há um sério problema de competitividade da indústria brasileira. Desde 2008, a produção física da indústria de transformação está praticamente estagnada, apesar do crescimento ainda positivo do emprego formal e da recuperação das exportações de manufaturados, que, em 2011, foram praticamente iguais a 2008: US\$ 92 bilhões. Mas, novamente, a queda da produção física da manufatura que se seguiu à crise financeira de 2008 foi um fenômeno mais global que algo específico ao Brasil – com exceção da China. No entanto, é consensual que, no mundo pós-2008, há excesso de oferta de produtos manufaturados e que estes produtos estão em busca de mercados em que há crescimento da demanda, como o Brasil. Dado o elevado custo de produção no Brasil, a tendência é de aumento das importações de produtos manufaturados e substituição da parte da produção doméstica por produtos importados. A preocupação maior, portanto, é com o que vem pela frente mais que o que permaneceu para trás.

Terceiro, e este seja talvez o ponto mais sensível desta discussão, apesar de muitos enxergarem a valorização do real com uma “maldição”, esta decorreu de fortes ganhos nos termos de troca devido ao crescimento do preço médio das exportações e à queda do preço médio dos produtos importados (manufaturas). Isto está longe de ser uma maldição. Ganhos de termos de troca são positivos e enriquecem o país. Pode-se debater, no entanto, o uso que se faz desta riqueza. No caso brasileiro, não há dúvidas que a sociedade optou por utilizar a maior parte deste “maná dos deuses” para aumentar o consumo presente. O efeito adverso deste modelo é que, apesar de maior riqueza, o Brasil ainda precisa da ajuda do resto do mundo (poupança externa) para aumentar a taxa de investimento.

Quarto, com um salário mínimo de mais de US\$ 300,00, baixa taxa de desemprego, e queda da produtividade do trabalho da indústria, o Brasil tornou-se um país caro para a produção de produtos intensivos em mão de obra. Países como Bangladesh, Camboja, Paquistão, Indonésia e Vietnã, que são grandes exportadores de confecções para os Estados Unidos, todos têm salário mínimo inferior a US\$ 100,00. De modo adicional, a produção de produtos mais sofisticados, como bens de capital, é também cara no Brasil.

A indústria no Brasil sofre, em geral, por problemas micro (baixa produtividade, baixa capacidade de inovação, elevado custo dos insumos etc.) e pelas consequências de um modelo macro baseado no aumento do gasto público, na carga tributária crescente e na dependência da poupança externa para financiar o aumento do investimento. Este debate pode ser uma boa oportunidade para reavaliar o modelo de crescimento brasileiro, até porque as medidas recentes já adotadas parecem ter efeito incerto na competitividade da indústria brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. O problema da indústria. **Valor Econômico**, 20 abr. 2012.

BONELLI, R.; MATOS, S. O desempenho recente da indústria brasileira. **Boletim Macroeconômico Ibre-FGV**, Rio de Janeiro, abr. 2012.

BONELLI, R.; PESSÔA, S. **Desindustrialização no Brasil**: um resumo da evidência. Rio de Janeiro: Ibre/FGV, mar. 2010. (Texto para Discussão Ibre, n. 7).